

“Um plano superior de pátria”: o nacional e o regional na literatura brasileira da República Velha

Profa. Dra. Luciana Murari¹ (UCS)

Resumo:

A partir dos últimos anos do século XIX, o regionalismo ganhou novo impulso na literatura brasileira, tornando-se a manifestação mais visível de um movimento de incorporação das demandas nacionalistas à produção cultural do país. A associação algo imediata desta escrita regionalista com a busca de uma definição da identidade brasileira foi forjada, a partir daí, através da construção conscienciosa de um discurso em que os sentidos do nacional e do regional tornaram-se convergentes e em larga medida indistintos, operação que envolveu o endosso dos intelectuais a um programa genérico, dotado de relativa unidade estética e ideológica. Uma análise deste programa pode demonstrar os mecanismos de legitimação da produção literária regionalista como criadora de um peculiar sentido de nacionalidade que, ao incorporar a cultura popular à expressão culta, articulava a idéia da multiplicidade cultural a uma visão integradora da identidade brasileira.

Palavras-chave: literatura brasileira, nacionalismo, regionalismo, República Velha, literatura sul-rio-grandense

Introdução

O regionalismo tem sido há tempos um tema incômodo na historiografia da literatura brasileira. Sua própria definição carece da necessária especificidade, seja porque tem rotulado objetos culturais de natureza muito diversas, seja porque tem assumido sentidos político-ideológicos contraditórios. Além disto, fenômeno de longa duração, sua relevância e significado na cultura do país foram avaliados, freqüentemente, por um viés negativo, que o associava à vulgarização dos estereótipos relativos às culturas rurais, a seu comportamento arcaico, desditoso ou pitoresco, e a seus modos retrógrados de vida, ou seja, à construção de um avesso da modernidade, condição inicial a ser superada pelo avanço da urbanização ou pela transformação das tradicionais estruturas de poder. Um dos problemas mais relevantes para a avaliação crítica desta produção cultural anterior a 1922 está relacionado à auto-imposição do regionalismo como a tradução por excelência do espírito nacionalista. A instantânea identificação do regional com o nacional, estabelecida pelo próprio discurso regionalista, não deve, entretanto, ser vista como algo imediato ou natural, mas como uma construção ideológica necessária à legitimação do gênero, e de significativa dimensão política, dada a importância dos debates acerca do problema “federalismo *versus* centralização” na cultura do país. Compreender o estatuto da regionalidade, no contexto do debate nacionalista então vigente, significa a possibilidade de abrir perspectivas críticas que acenem para um melhor entendimento das conotações político-ideológicas do gênero regional, e de sua proeminência na cultura brasileira.

Nos propomos, aqui, a reconstituir alguns aspectos da criação deste aparato simbólico que tratou de exorcizar qualquer suspeita de que a proposta de valorização das regiões no cenário cultural brasileiro pudesse ser traduzida em dissensão e, pelo contrário, passasse a identificar-se com um projeto comum de nacionalidade. Como pano de fundo, vivia-se, desde as últimas décadas do século XIX, um processo de transformação social que, mais do que como realidade, impunha-se como horizonte de expectativas, e alimentava correntes intelectuais fortemente modernizadoras e particularmente empenhadas em acompanhar a tensa e lenta transformação da sociedade brasileira no sentido de sua sincronização com o capitalismo avançado. Em plena fase neocolonial, diversas vezes a intelectualidade do país viu este contexto como uma ameaça latente à sua integridade política e cultural, o que aguçava os ânimos nacionalistas. Este texto busca avaliar como se elaboraram os proce-

dimentos de conversão metonímica do regional em nacional, compreendendo as estratégias discursivas do regionalismo programático em sua pretensão de validar seu sentido nacionalista – e mesmo de impor-se como sua máxima expressão. Buscamos também refletir sobre sua capacidade de traduzir os conflitos da centralização na cultura do país, sobretudo a partir da análise do peculiar caso sul-rio-grandense.

Em termos teóricos, nacionalismo e regionalismo podem ser definidos como procedimentos discursivos relacionados à implantação dos sentidos de identidade coletiva, continuidade e coesão social no contexto da modernidade, através do culto de uma tradição cultural que contrabalança a instabilidade da vida contemporânea ao instituir um patrimônio comum. Este traduz uma origem fundamentada na ancestralidade, a partir da qual desenrola-se um tempo contínuo, linear e homogêneo, que tem como sentido o progresso. A partir deste núcleo de identificações simbólicas capaz de construir uma visão homogênea da experiência coletiva, torna-se possível implantar a idéia da identidade de interesses em meio às lutas políticas e a projetos divergentes de sociedade. Embora se valham de estratégias comuns, o nacional e o regional configuram níveis distintos de identificação social e implicam em compromissos político-ideológicos peculiares e nem sempre convergentes: não devem ser confundidos, nem tampouco opostos linearmente. (THIESSE, 1991, 1991)

Historicamente, o regionalismo já nasceu condicionado à preexistência de um sentido de nacionalidade, e se acomodou, de forma mais ou menos tensa, a este nível por princípio superior de lealdade política. No caso francês, neste aspecto similar ao caso brasileiro, o regionalismo podia tornar-se a linguagem por excelência da pressão das regiões por maior autonomia política ou recursos mas, em geral, acabava por nivelar as particularidades ao subsumi-las a uma concepção comum de cultura e a demandas algo vagas e pouco operativas de valorização do diverso, neutralizando as diferenças por constituir-se, ele próprio, num espaço de convergência onde qualquer particularismo adquiria valor por si mesmo, pelo simples fato de participar da construção de uma imagem em que a heterogeneidade nacional era valorizada como signo de sua riqueza e variedade, e não como dissidência. A idéia que sobressaía, o mais comumente, era a da complementaridade das regiões, dotadas de direitos comuns e irmanadas pelo endosso a um projeto cultural – o regionalismo – onde a cada uma delas era conferido um espaço próprio, mas a princípio submisso a um esforço comum de revelação da nacionalidade a partir do mergulho nos depositários autênticos de sua cultura, frente ao avanço de uma modernidade culturalmente destrutiva. (THIESSE, 1991)

Ao contrário do que a historiografia muitas vezes quis crer, a relevância e a longa duração do regionalismo na literatura brasileira não é uma excentricidade, mas um processo cultural comum a diversos países que experimentaram a percepção dos diferentes ritmos de inserção de suas regiões na modernidade, e que a partir daí passavam a processar as dessemelhanças, simultaneamente como registro realista, e potencialmente derrisório, do contemporâneo, e como revelação mística do passado redivivo. Como manifestação por natureza ambígua em sua proposta de incorporação dos remanescentes não-modernos à cultura moderna, a importância cultural do regionalismo não pode ser resumida a qualquer sentido único, nem em termos estéticos, nem em termos ideológicos, sob o risco de obliterar justamente seu potencial de agenciar as tensões do processo modernizador, ao abrir um canal de diálogo entre a cultura popular e a cultura erudita. Este não possui sentido prévio, mantendo muitos graus de liberdade ao apropriar-se criticamente da tradição.

1 Sobre índios, caboclos e sertões

No caso brasileiro, a República Velha é um período bastante peculiar no que diz respeito à análise do fenômeno regional: à primeira vista, a generalização do regionalismo como expressão da cultura nacionalista converge com a inédita descentralização política, imposta, sobretudo, a partir da consolidação dos acordos oligárquicos que garantiram um ajuste seguro entre o centro político e as unidades federativas, no início do século XX. No entanto, se na política o problema da centralização

diz respeito, sobretudo, ao grau de autonomia dos processos decisórios nas unidades federativas, na vida literária brasileira do período a articulação entre nacionalismo e regionalismo foi condicionada, sobretudo, pela aceitação das manifestações literárias regionais por um projeto de âmbito mais amplo, unificador por natureza. Esta coesão nacional-regional deve ser vista, entretanto, como um discurso ideológico, e é curioso que, ao avaliar a questão, a tradição historiográfica tenha repetido a argumentação dos próprios regionalistas do período pós-romântico. A melhor materialização disto é, sem dúvida, a definição de regionalismo elaborada por Afrânio Coutinho:

O regionalismo é um conjunto de retalhos que arma o todo nacional. É a variedade que se entremostra na unidade, na identidade de espírito, de sentimentos, de língua, de costumes, de religião. As regiões não dão lugar a literaturas isoladas, mas contribuem com suas diferenciações, para a homogeneidade da paisagem literária do país. (COUTINHO, 1959. p. 205)

Um segundo exemplo desta correspondência entre o discurso regionalista e a historiografia está no estabelecimento de uma transição automática do indianismo romântico para o regionalismo. Este é o caso de Monteiro Lobato, para quem o “caboclismo” era uma evolução do indianismo, na verdade a mesma manifestação, agora renomeada, mas inabalável na adulteração da verdade para a idealização do tipo legitimamente nacional. (LOBATO, 1982. p. 145-146) E é também o caso de Lúcia Miguel-Pereira, matriarca da escola crítica do regionalismo, para quem o indianismo e o “caboclismo” seguinte possuíam a mesma essência, ao buscarem representar o elemento humano tipicamente nacional. O segundo seria apenas um desvio da fórmula romântica, que naquele momento parecia demasiadamente artificial, da imaginação em direção à observação objetiva – que, por sinal, a autora reconhece como uma tendência já então muito bem estabelecida na literatura brasileira (MIGUEL-PEREIRA, 1957: 179-187). A idéia de que o esgotamento do modelo romântico indianista teria naturalmente dado lugar à representação dos tipos regionais parece eliminar a necessidade de maior investimento no tema. No entanto, enquanto o índio romântico era o ancestral brasileiro, colado ao passado, histórico ou mitológico, capaz de referenciar a peculiaridade do país (ou da América) em relação à Europa, o caboclo regionalista representava um deslocamento da perspectiva do observador em direção à contemporaneidade e a uma alteridade interna que tornava muito mais complexo o estabelecimento dos alicerces da identidade nacional na cultura brasileira, justamente no campo onde mais arduamente ela era buscada.

Na contraditória posição de antepassado coetâneo do brasileiro, o sertanejo era, simultaneamente, o Eu e o Outro na construção do que poderíamos definir como nacionalismo regionalista. Monteiro Lobato pode, mais uma vez, ilustrar nosso ponto. No texto em que criticava acerbamente a idealização do caboclo, como a atualização do “substrato psíquico” heróico do indígena romantizado, o escritor concentrava seus ataques à figura do Jeca Tatu como um ser “incapaz de evolução, impenetrável ao progresso”, destituindo-o de qualquer caráter positivo que pudesse colocá-lo a representar o que quer que fosse além do obscurantismo das populações rurais. Segundo ele, a literatura, entretanto, arvorava-se a convertê-lo em “‘Ai Jesus!’ nacional.” (LOBATO, 1982. p. 146-147) Espantosamente, o próprio Monteiro Lobato, num texto posterior, cantava loas ao sertão onde “há a natureza estupenda e, formigando dentro dela, um homem seu filho, expoente da sua vis, rude, bárbaro, inculto, heróico sem o saber, imensamente pitoresco e – suprema recomendação! – sem um escrúpulo de francesismo a lhe aleijar a alma.” (LOBATO, 1967. p. 80) É certo que, a esta altura, Monteiro Lobato já havia “reabilitado” o caboclo, que passara de degenerado racial a doente,¹ mas isto não explica que o escritor passasse a endossar o discurso encomiástico de seus contemporâneos, segundo ele, contrário à realidade. Há, entretanto, um fato novo neste segundo posicionamento do escritor: o “francesismo”, expressão da árdua batalha que o escritor travava contra a tradição bacha-

¹ Em 1918, Monteiro Lobato reviu suas idéias a respeito do Jeca, até então definido a partir de um estigma racial que o condenaria a um estado de apatia generalizada. Mais tarde, sob a influência do higienismo, pediu desculpas ao Jeca, atribuindo sua condição de vida às doenças endêmicas do sertão brasileiro. A respeito, ver LOBATO (1946).

relesca da formação intelectual brasileira. Ao cabo, o regional voltava a servir ao nacional à medida que a fronteira da alteridade era novamente deslocada para o exterior. Observa-se, a partir deste exemplo, que o sertanejo poderia ser a personificação do atraso, oponente interno que seria necessário vencer e, simultaneamente, o símbolo da integridade da alma brasileira, por sua ligação orgânica com a terra, de onde o homem do campo parecia brotar espontaneamente, em oposição ao internacionalismo das elites modernas.

A ambigüidade de Monteiro Lobato não é exclusiva dele. Pelo contrário, é elemento formador da estética e da ideologia regionalista que, se por um lado traduzia as inquietações patrióticas da época, por outro lado via-se às voltas com a dificuldade de representar as culturas populares em linguagem literária e, mais ainda, com os problemas da aceitação de manifestações tidas como primitivas, bárbaras, violentas, ameaçadoramente conservadoras e resistentes à modernidade, num momento em que se tornava dramática a percepção da inexorabilidade do progresso e da inevitável (e desejável) inserção do país no contexto das modernas sociedades capitalistas. Ainda que, em alguns casos, fosse reconhecida, por exemplo, a “brasilidade” da obra de Machado de Assis,² a literatura regional era a expressão programática da atitude nacionalista. A linguagem do gênero daria forma a um discurso híbrido que reportava a alteridade, mas que, ao traduzir a dinâmica da vida rural em patrimônio da cultura letrada, oscilava entre os extremos do etnográfico e do autobiográfico, entre o máximo distanciamento e a máxima identificação com este homem “primitivo”. A maior parte das realizações do regionalismo exprimia de maneira cristalina o desconforto dos intelectuais devotados a registrar o moribundo mundo rural, em um momento de transição histórica em que o passado parecia cada vez mais distante do futuro.

Decerto, as culturas rurais converteram-se em mananciais simbólicos capazes de alimentar manifestações de feição etnográfica que, ao mesmo tempo em que traduziam um estranhamento face às diferenças internas, expressavam imperativos como a generalização dos melhoramentos modernos, a integração do território ou a tutela das regiões obsoletas pelas elites esclarecidas do centro. Simultaneamente apelavam para referentes emocionais altamente mobilizadores e efetivos na cultura nacional, criando grandes espaços metafóricos de negociação entre a modernidade e a tradição. O marco deste discurso seria, não é de se estranhar, um dos pilares da ideologia regionalista, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, texto publicado em 1902 e instituído na consciência nacional como a mais perfeita tradução dos dilemas da modernização e, simultaneamente, como obra mestra do regionalismo – ainda que dificilmente possa ser considerada uma realização própria ao gênero. Por trás da tragédia de Canudos há um programa civilizador subjacente à ação do exército republicano que, mesmo que sob o signo da barbárie, teria encenado o primeiro momento de uma longa “guerra” de conversão dos “sertões” – ou, das “regiões” – à ordem imposta pelo centro. Deste ponto de vista, a obra de Euclides da Cunha pode ser tomada como referência fundamental para um discurso de fortalecimento da ação estatal no sentido da condução do processo civilizador, argumento que não necessariamente conduzia à defesa da centralização, mas que seria incorporado pelos defensores desta idéia. Tal tendência se fortalece paulatinamente já a partir da primeira década do século XX, na voz de Sílvio Romero, e tem em Oliveira Viana sua mais completa realização. Não seria sua obra principal, “Populações meridionais do Brasil”, de 1920, estudo histórico-sociológico em torno das estruturas de poder no meio rural do centro-sul do país, senão uma versão científica daquele mesmo olhar etnográfico que direcionava a literatura regionalista à representação dos dramas, das narrativas e dos modos de vida do interior brasileiro?

2 Sobre gaudérios, querências e pampas

² Ver, a propósito, MURICY (1916).

A título de “estudo de caso”, uma análise de alguns exemplos da literatura gaúcha na República Velha pode ser bastante ilustrativa acerca da afirmação do discurso regional-nacional. O Rio Grande do Sul tem como especificidade sua condição de fronteira externa, condição que, se não é exclusiva dele, adquiriu ao longo de sua história maior dramaticidade que, por exemplo, nos casos da Amazônia ou do Mato Grosso, estados limítrofes resguardados por obstáculos naturais, e não apenas por demarcações políticas. Se por um lado isto poderia ser convertido a favor de uma mística heróica de defesa do território luso-brasileiro pelo povo gaúcho, por outro lado colocava o estado em condição de hibridismo, dados os intensos intercâmbios com a região platina. O regionalismo no estado tinha, por trás de si, a tradição gauchesca, rico patrimônio literário desenvolvido no Uruguai e na Argentina, e que se inspirava em um ambiente físico-geográfico, um substrato humano e uma base econômica bastante similares aos da emblemática região da Campanha sulista. Além disto, o tipo regional rio-grandense já possuía, quando o regionalismo realista firmou-se, sua própria história, pois, afinal, seu precursor, o romance “O Gaúcho”, de José de Alencar, confundia-se com as próprias origens do projeto regionalista, projeto que, defendendo a particularização das variadas realidades componentes do todo nacional, pretendia construir a integração simbólica das regiões e fazer ver a grandeza da nacionalidade. (CHAVES, 2001)

O Rio Grande do Sul possuía, ao mesmo tempo, uma controversa história de separatismo, fantasma que assombrava as consciências nacionalistas e que poderia tornar o regionalismo um campo particularmente arriscado de expressão cultural.³ Some-se a isto o fato de que o estado assumira a condição de território de colonização estrangeira, o que, no começo do século XX, poderia parecer bastante comprometedor do ponto de vista de seu ajuste às linhas fundamentais da dinâmica social brasileira. E, por último, devemos lembrar que a República Velha é um momento ímpar na história do Rio Grande do Sul: por um lado, o estado constituía uma organização política peculiar que chegava, em alguns pontos, a opor-se frontalmente a algumas disposições estabelecidas pela Constituição Federal,⁴ condição possibilitada pela radicalização do federalismo no Brasil; por outro lado, o estado chegou a ocupar, em alguns momentos, posição proeminente no âmbito da Federação, assumindo uma participação intensa nas lutas políticas brasileiras. Isto significa que a intelectualidade rio-grandense preocupou-se não apenas com o reconhecimento de sua pertinência à cultura brasileira, como também em assumir uma posição de liderança no contexto nacional. Surge daí a defesa da “rio-grandização” do Brasil, alegoria política que, se por um lado reforçava o sentimento de dessemelhança, por outro impunha a integração, o que culminaria com a Revolução de 1930 e a definitiva derrocada do federalismo da Primeira República.⁵ (LOVE, 1975)

Compreende-se, portanto, o elevado grau de autoconsciência do regionalismo rio-grandense, no que diz respeito à defesa de seu caráter nacionalista. Isto pode ser observado, por exemplo, no próêmio dos “Contos Gauchescos”, de João Simões Lopes Neto, talvez a obra-maior do regionalismo naturalista-realista no país, publicada em 1912. Neste, o autor explicita seu projeto: transmitir às novas gerações do estado o amor e a fidelidade ao Rio Grande do Sul, a partir da admiração pelo conteúdo heróico de sua história e pela sensação de pertencimento a uma tradição cultural difundida através das narrativas que veiculavam seus dramas, práticas e modos de vida. As outras vertentes deste programa seriam a recuperação, pela literatura, dos mitos populares, o que o escritor realiza

³ A discussão a respeito dos traços platinos e do significado da Revolução Farroupilha no contexto nacional levou a historiografia sul-rio-grandense a empreender uma longa batalha ideológica, que se desenrolou, sobretudo, entre 1925 e 1975, e que acabou por construir uma imagem conflituosa e parcial do Rio Grande do Sul. (GUTFREIND, 1992) Este debate teve reflexos no campo da literatura, e ainda hoje levanta discussões a respeito do grau de influência da gauchesca platina no regionalismo rio-grandense.

⁴ Dentre outras disposições, objeto de múltiplas controvérsias políticas e jurídicas, a constituição castilhistas de 14 de julho de 1891 estabelecia a reeleição indefinida para presidente do estado, desde que obtidos três quartos dos votos. Em nível nacional, a Constituição sequer estabelecia o direito à reeleição. Sobre o tema, ver LOVE (1975).

⁵ Em artigo de 1913, Alcides Maya atribui a idéia de “rio-grandensizar” (rio-grandizar, rio-grandinizar), o Brasil ao senador liberal Gaspar Silveira Martins, ainda no Império. O termo seria posteriormente adotado como expressão das ambições políticas da geração de Getúlio Vargas. (MAYA, 1913)

pouco depois com suas “Lendas do Sul”, publicadas em 1913, e a poesia popular, recolhida por ele no “Cancioneiro Guasca”, de 1910. Seu fundamento ideológico é a percepção de uma quebra de continuidade na evolução histórica do estado, a partir, sobretudo, da profunda modificação no perfil étnico de sua população, o que podemos, decerto, atribuir à imigração estrangeira, que impunha a necessidade de fornecer um passado comum à “raça que se está formando.” Este programa regionalista faz questão, por outro lado, de marcar sua pertinência a um projeto mais amplo, de âmbito nacional, trabalhando “pela integração da Pátria comum.” Se esta havia já sido, naquele momento, “abençoada pela paz,” as guerras sulistas eram um de seus mais heróicos capítulos. (LOPES NETO, 1999: 10)

O texto de Simões Lopes Neto é também uma das mais cristalinas expressões da natureza agregadora do regionalismo: o movimento não apenas pretendia instituir-se como força capaz unificar a nacionalidade em torno do mesmo projeto cultural, como também promovia a criação de um espaço simbólico para a fixação das identidades regionais. O escritor pelotense inicia os “Contos Gauchescos” por um belo mapeamento do Rio Grande do Sul, enfatizando a multiplicidade de seus aspectos naturais, as paisagens de serra, litoral e planícies, as zonas de colonização e os centros urbanos. No entanto, todas as narrativas do livro têm como cenário a zona da Campanha, emblema da identidade gaúcha que se impôs ao imaginário do estado como o palco privilegiado de suas pequenas tragédias do cotidiano e dos lances dramáticos de sua longa história bélica. O regionalismo se concretizava, portanto, como um intermediário entre as identidades locais e a identidade nacional, ele mesmo criador de um núcleo identitário que se vinculava, em última instância, à esfera político-institucional das unidades federativas. No Brasil, outros regionalismos viriam a ser definidos como paulista, mineiro, cearense, pernambucano, ou mato-grossense, mas seriam unificados imaginariamente, no âmbito nacionalista, pela idéia do sertão – decerto mais imprecisa, mas equivalente em força simbólica ao emblemático pampa gaúcho.

Também o escritor Alcides Maya analisou, em sua obra de polemista e de crítico literário, a natureza desta imbricação da cultura nacionalista ao regionalismo. Ao longo de sua carreira jornalística, Alcides Maya foi mais do que um crítico do regionalismo, foi seu apologista, uma vez que a defesa do gênero convergia com seu projeto de renovação política e cultural do Rio Grande do Sul. Este projeto foi já esboçado no seu primeiro livro, “Pelo Futuro”, de 1897, no qual o escritor definia a determinação da “psicologia da pátria sulina”, a partir do estudo de sua poesia popular, como a missão da juventude intelectual do estado, ao mesmo tempo em que afirmava a posição de vanguarda que o Rio Grande do Sul estaria destinado a desempenhar no Brasil. Já em 1898 resenhou no jornal “Correio do Povo,” de Porto Alegre, o livro “Pelo sertão”, de Afonso Arinos, publicado naquele mesmo ano. Naquele momento, entretanto, não recorreu ao termo “regionalismo” para definir a obra, tomando-a na verdade como exemplo de uma “tendência nacionalista” contrária aos hábitos imitativos da intelectualidade brasileira. Para configurar esta tendência, Maya traz à memória a coletânea de contos “Sertão”, de Coelho Neto, publicado em 1896. Sua apreciação é convencionalmente romântica ao avaliar o caráter nacional destes textos, recorrendo aos motivos da natureza, da valorização dos costumes e da originalidade paisagística, embora tenha feito uso também de um tema caro à geração cientificista: a força aniquiladora da natureza e sua indiferença face aos desígnios humanos. (MAYA, 1898) O texto tem o mérito de intuir, neste momento, a formação da corrente regionalista realista, que tomaria como marcos fundadores exatamente estas duas obras – ao menos entre os contemporâneos, uma vez que a historiografia literária tendeu a ignorar a importância do livro de Coelho Neto na formação do cânone regional, embora tenha em geral observado o prestígio – ainda que freqüentemente incompreendido – da obra de Arinos.

A inflexão propriamente política do regionalismo em face dos problemas nacionais foi tratada por Alcides Maya em seu “O Rio Grande Independente”, de 1898, panfleto anti-separatista em que o autor combate a autonomização do estado, tendência então difusa, mas considerada especialmente ameaçadora em função da cultura da politicagem personalista, o caudilhismo, que, segundo

ele, poderia adotar a causa do separatismo como bandeira para a imposição de interesses de grupos específicos ávidos de poder. No contexto, esta posição era coerente com o alinhamento político-partidário do autor, ligado dos grupos oposicionistas derrotados na Revolução Federalista, de recente memória (1893-1895). Sua argumentação baseia-se no pressuposto de uma “psicologia comum” criada pela unidade lingüística, jurídica e histórica e, simultaneamente, numa tradição de antagonismo face aos países platinos, durante as batalhas seculares dos rio-grandenses na proteção das fronteiras do império luso – o que comprovaria não apenas o caráter brasileiro da história do Rio Grande do Sul, como o heroísmo de sua atuação em prol da nacionalidade. Referindo-se à mestiçagem, que geraria uma “raça histórica” capaz de fundamentar a consolidação da identidade brasileira, o autor observa que “apesar de ainda estar agremiando elementos de origens diversas, o Brasil já tem como que um modo geral de sentir, de pensar e de agir, que não engana aos investigadores de psicologia popular.” (MAYA, 1898. p. 74)

No seu livro seguinte, “Através da Imprensa”, de 1900, o escritor retomaria a abordagem propriamente literária do tema da especificidade regional em face da unidade nacional. A inserção do Rio Grande do Sul na cultura brasileira dependeria, em sua visão, de uma mudança radical da imagem que o Brasil possuía do estado, e de sua própria auto-imagem, ambas associadas ao belicismo que definiu sua história e que, na visão do escritor, era traduzido pelos “monopolizadores do passado pátrio” não como uma história de lutas que teria salvado a integridade territorial do país, mas sim como uma trajetória de barbárie e violência generalizadas. Este passado guerreiro deveria ser, entretanto, superado pela jovem intelectualidade rio-grandense, por meio da conversão de sua energia combativa em força criativa e em fonte de referências culturais a serem incorporadas pela literatura como patrimônio simbólico, inteiramente excluído este componente bárbaro, entretanto, da dinâmica política de seu tempo. O regionalismo gaúcho tornar-se-ia, desta forma, apto a perfilar com as demais manifestações da cultura nacional, cuja diferenciação é atribuída sobretudo à diversidade do meio físico, geradora de uma grande variabilidade de costumes, práticas, temperamentos, histórias e tradições. “Ao federalismo político, definitivamente triunfante, corresponda o federalismo literário. Evitemos a centralização das letras. O Brasil não pode ser, em estética, uma dependência da Capital Federal” (MAYA, 1900. p. 95) Esta analogia entre os regionalismos político e literário depende, entretanto, para fins de reafirmação nacionalista, da crença de que, apesar da diferenciação do espírito brasileiro, suas “manifestações psíquicas em fundo são idênticas”. (MAYA, 1900. p. 106)

A carreira literária ficcional de Maya, publicada a partir de 1910, seria conduzida, sobretudo, a partir de sua inserção no ambiente literário da Capital Federal, e da incorporação dos temas gauchescos aos modelos estéticos em vigor, em estrita coerência com a linguagem rebuscada e decorativa que caracterizava, nos dizeres de Wilson Martins, a “literatura literária” da época. A adequação ao cânone literário em vigor – muito influenciado por Euclides da Cunha, Coelho Neto, e Rui Barbosa, como demonstrou o crítico citado – seria, acreditamos, um dos mecanismos privilegiados para a conquista de visibilidade pelos letrados provincianos: ao mesmo tempo em que traziam algo de novo do ponto de vista da revelação da originalidade das regiões, obedeciam a um ideal estético comum, que os legitimava frente aos meios literários que desfrutavam então de prestígio e influência social. (Martins, s/d, p. 477) A obra ficcional de Alcides Maya seria a realização dos seus ideais simultaneamente reformistas e nostálgicos, dedicando-se à missão de congelar o passado e de transformar o mito do gaúcho guerreiro num pálido retrato contemporâneo da decadência e da inadaptação do homem primitivo ao meio social em inevitável processo de modernização. Sua posterior avaliação crítica foi elaborada, sobretudo, pelo viés do saudosismo, do reacionarismo, do ressentimento e do passadismo, e muito raramente tem sido observada a coerente articulação entre a dramatização da mudança social na Campanha gaúcha e o discurso político reformista do autor.⁶

⁶ A este respeito, deve ser destacado o trabalho de ALMEIDA (1994) que, através do exame da trajetória do escritor, observa a convergência entre sua obra literária e suas posições políticas.

A existência de um substrato comum capaz de fundamentar o sentimento de identidade entre as diversas regiões brasileiras continuou a ser afirmada como um pressuposto do discurso regionalista de Alcides Maya. Posteriormente, ele postulou que o surgimento, no Brasil, de uma “literatura própria, inconfundível, inédita na forma, no sentir e na idéia” era uma “proeza” a ser alcançada, “mais tarde (sempre mais tarde, no Brasil...)”. Este projeto parecia, para o escritor, condenado a ser sempre um projeto, o que demonstra a sensação do contínuo adiamento e de uma incurável frustração do programa literário regional-nacional, ao qual, entretanto, o escritor se mantinha fiel.

No meu egoísmo, cultuador de reminiscências, volto a ler “Os retirantes”, de Alberto Deodato. Perdoe-me o jovem escritor esta nova indiscrição. Versando temas do Norte, o seu trabalho, a despeito de todas as falhas e jacus de uma estréia, acordou a minha saudade invencível das amplas solidões rio-grandenses...

Como somos parecidos no interior brasileiro!

Vivamos dessa poesia... (MAYA, 1919. p. 1)

A improvável identidade entre sertão e pampa demonstra a lealdade do escritor a esta visão integradora da cultura nacional em torno de um referente único construído pela literatura regionalista, o interior, oposto à capital, como o campo à cidade, o sertão ao litoral, o norte ao sul, dualidades que, afinal, remetiam ao dualismo entre a tradição e a modernidade. Décadas depois, quando Alcides Maya havia já renunciado à produção ficcional, ele refletiu longamente sobre o sentido do regionalismo na cultura rio-grandense, remetendo-o a “um plano superior de pátria” e resumindo o gênero a duas fórmulas básicas: regionalismo = romantismo e regionalismo = nacionalismo. (MAYA, 2004c. p. 184) Ao fundo, as duas se equivaleriam, uma vez que, para o escritor, o romantismo fazia parte da própria natureza do brasileiro. Neste momento, 1936, de volta à província e já destituído do título de grande referência do gênero no estado, ele apontava a carência dos meios de edição e difusão na esfera estadual-local, lamentando também a falta de “direitos de cidade”, de que se ressentiam os escritores regionalistas gaúchos nos centros literários nacionais, segundo ele, “como natural consequência da originalidade que nos assinala, hostilizados sistematicamente nos mercados livrescos principais do país”. (MAYA, 2004b: 177) Ora, não seria a originalidade justamente a condição necessária à afirmação da produção literária regionalista em âmbito nacional? Naquele momento, o regionalismo brasileiro passava por uma de suas fases mais importantes e, ainda que o eixo desta nova onda se concentrasse no Nordeste, a produção regionalista no Rio Grande do Sul mantinha seu fôlego e sua relevância cultural. E podia contar, crescentemente, sobretudo a partir de meados da década de 1920, com o espaço editorial aberto pela Livraria do Globo, que publicou, entre outras, algumas das primeiras obras de Roque Callage, “afilhado” intelectual de Maya. O mais decisivo, neste contexto, parece ser a derrocada do modelo intelectual do regionalismo realista-naturalista do início do século. A menos que possamos atribuir a fala de Alcides Maya à frustração de um intelectual que acreditava ter falhado em sua missão – o que é fato –, a anulação das diferenças regionais sob o manto acolhedor do nacionalismo não foi, ao que parece, um projeto tão bem-sucedido.

Conclusão

Ao avaliar a relação entre o nacional e o regional na literatura brasileira da República Velha, ressalta-se a autoconsciência dos cultores do gênero acerca da necessidade de fundar, em torno da causa nacionalista, um novo espaço de legitimidade cultural. Isto dependia, por um lado, de ampliar a perspectiva de observação da realidade nacional, mas, por outro, de circunscrever sua expressão a uma elocução coesa que configurasse uma corrente estética e conceitual. Mais do que brasileiro por essência, o regionalismo era brasileiro por ideologia, o que faz grande diferença: a atitude de valorização das especificidades regionais assumia um valor em si mesma, e qualquer obra regionalista poderia ter a oportunidade de ser louvada por seu mérito programático, antes mesmo de ser lida. O modernismo paulista não faria diferente. Na tradição crítica do gênero regionalista, uma das mais curiosas imprecisões a seu respeito foi a realizada por Mário de Andrade – não o que se permitiu

repensar a questão e sugerir a leitura de *Tropas e Boiadas*, em 1942, mas o de 1928, momento em que o modernismo paulista, em sua febre iconoclasta, anatemizava toda, ou quase toda, a produção literária das décadas imediatamente anteriores. A crítica de Mário é peculiarmente curiosa porque arremete contra o gênero em sua própria justificação programática:

Regionalismo este não adianta nada nem para a consciência da nacionalidade. Antes a conspurca e depaupera-lhe, estreitando por demais o campo de manifestação e, por isto, a realidade. O regionalismo é uma praga antinacional. Tão praga como imitar a música italiana ou ser influenciado pelo estilo português. (ANDRADE apud LEITE, 1994. p. 669)

Negando ao regionalismo realista-naturalista sua própria razão de ser, ou seja, sua capacidade de contribuir positivamente para a criação da cultura nacional, o modernismo paulista impunha seu próprio projeto nacionalista, aparentemente oposto ao de seus prévios contendores. Em que pese a posterior abertura crítica oferecida por Mário de Andrade, a inserção historiográfica dos regionalistas realistas esteve submetida, em grande parte, aos parâmetros críticos estabelecidos a partir da geração modernista, o que acabou por comprometer a análise do processo cultural brasileiro no período dito “pré-modernista”. O modernismo paulista tratou de desconstruir o edifício regional-nacional da geração anterior. O fez, em sua fase inicial, de 1917 a 1924, através da declarada guerra contra o passadismo, e pela renovação da linguagem. No período seguinte, no entanto, uma decisiva inflexão ideológica direcionou o movimento para a adoção da brasilidade como critério validador da criação artística. Para tal, tratava-se de implantar um novo sentido de nacionalidade e de expurgar o regionalismo do panorama da arte legitimamente brasileira. Esta operação permitia, por exemplo, excluir Monteiro Lobato – um escritor crítico, atuante e inovador – do cenário modernista e nacionalista, atribuindo à geração anterior uma posição de descompromisso com uma brasilidade a ser revelada.

Não é difícil vislumbrar, nessa conversão ideológica, uma nítida expressão política. Ao longo dos anos 1920, a rejeição do regionalismo significava não apenas a anulação do modelo literário nacionalista anterior, como também a adesão a um ideário centralizador e estatista, e frequentemente autoritário, tanto por parte dos artistas ditos “de direita” quanto dos “de esquerda”. Na segunda metade da década, estas demandas ganhavam corpo, tomando como ponto de partida a negação dos pactos políticos regionalistas (ou seja, federalistas) em vigor na República Velha. De fato, o fortalecimento do estado corresponderia, no plano cultural, a um nacionalismo programático que se encarregaria de construir uma síntese capaz de atribuir às diferenças um caráter regional doravante sinônimo de parcial e secundário, frente às manifestações consagradas como hegemônicas e representativas de um sentido politicamente legitimado de totalidade cultural.

Referências Bibliográficas

- [1] ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo*. Alcides Maya (1877-1944). Porto Alegre: Edipucrs, Instituto Estadual do Livro, 1994.
- [2] CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto*. 2ª ed. revista. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Ed. da Universidade, 2001.
- [3] COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- [4] GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

- [5] LEITE, Lígia Chiappini Moraes. (1994). “Velha praga? Regionalismo literário brasileiro”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina, palavra, literatura e cultura*, São Paulo: Memorial da América Latina/Ed. da Unicamp, v. 2, p. 665-702.
- [6] LOBATO, Monteiro. Esthetica oficial. In: _____. *Idéas de Jéca Tatú*. 2. ed. São Paulo: Revista do Brasil, 1920. p. 73-85. 1. ed. 1919.
- [7] LOBATO, Monteiro. Problema Vital. In: _____. *Mr. Slang e O problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 221-340. 1. ed. 1918.
- [8] LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 1. ed. 1918.
- [9] LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos*. Porto Alegre, Martins: 1999. 1. ed. 1912.
- [10] LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- [11] MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. v. 5. 2ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: T. A. Queiroz, s/d.
- [12] MAYA, Alcides. *Pelo futuro*. Porto Alegre: Franco & Irmão, 1897.
- [13] _____. *O Rio Grande independente*. Porto Alegre: Agência Literária, 1898.
- [14] _____. Estudos e notas. Affonso Arinos. Pelo Sertão. Porto Alegre, *Correio do Povo*, 1 out. 1898. p. 1.
- [15] _____. *Através da imprensa* (1898-1900). Porto Alegre: Octaviano Borba & C., 1900.
- [16] _____. Actualidade política. O novo governo. Porto Alegre, *O Diário*, 24 jan. 1913.
- [17] _____. Alma sertaneja. Rio de Janeiro, *A Noite*. 4 fev. 1919. p. 1.
- [18] _____. Regionalismo. [1936] in: *Textos críticos*. Org. Léa Masina. Porto Alegre: Movimento; Santa Maria: UFSM, 2004a. p. 165-168.
- [19] _____. Carta aberta a Dante de Laytano. [1936] in: *Textos críticos*. Org. Léa Masina. Porto Alegre: Movimento; Santa Maria: UFSM, 2004b. p. 175-177.
- [20] _____. Padrões literários. Última carta a Dante de Laytano. [1936] in: *Textos críticos*. Org. Léa Masina. Porto Alegre: Movimento; Santa Maria: UFSM, 2004c. p. 184-188.
- [21] MURICY, Andrade. *Literatura nacionalista*: ensaio. Rio de Janeiro: Educador Contemporâneo, 1916.
- [22] ROMERO, Sílvia. Aspectos políticos [1911] In: *Sílvia Romero*. Teoria, crítica e história literária. São Paulo: Edusp, 1978. p. 209-221.
- [23] THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France: le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- [24] _____. *La création des identités nationales*. Europe XVIII^e-XX^e siècle. Paris: Seuil, 1999.
- [25] VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*: história – organização – psicologia. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, v. 1, 1. ed. 1920.

Autora

¹ **Luciana MURARI (Profa. Dra)**

Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Departamento de História e Geografia. Programa de Pós-graduação em Letras e Cultura Regional

E-mail: lmurari@hotmail.com